

O ÚLTIMO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

A maneira como sempre temos condenado tôdas as agitações da esquerda republicana dê-nos uma autoridade especial para julgar o último movimento conservador como um acto essencialmente criminoso, que a República tem não só o direito mas o dever de castigar inexoravelmente — em nome do prestígio do poder e da própria piedade bem compreendida, que não pode nunca sobrepor a generosidade para com os vencidos aos interesses gerais da nação e à piedade pelas vítimas inocentes dum estado de insurreição crónica que nos envergonha à face do mundo. Temos de pôr termo, por mais que isso custe à nossa frouxa virilidade e à brandura dissolvente dos nossos costumes, às constantes aventuras revolucionárias como meio de fazer manter pontos de vista partidários. É preciso que de ora avante o bombardeamento da cidade pelos despeitados ou os ambiciosos seja um desporte arriscado. Temos de endireitar a cerviz, de tonificar os nervos, de sufocar os sentimentalismos estêreis e criminosos que teem resultado numa pavorosa crise de tôda a idea de autoridade. Restabelecer a autoridade, organizar a defesa do regimen, fortalecer a ordem, acabar de vez com a impunidade que premeia todos os bandidismos políticos é o primeiro dever dos que teem nas mãos os destinos da República.

Mas em nome de que princípios e de que exigências da consciência nacional se fêz o último movimento revolucionário? Com que elementos contava, e que forças lhe davam o seu apoio? E qual era a perspectiva que êle abria sôbre o futuro da República, se tivesse ficado vencedor? Tais são as questões de que nos propomos tratar neste ligeiro artigo.

Todos nós sabemos como a revolução de 18 de Abril foi precedida de dois actos violentos, que não eram mais do que os sintomas dum estado revolucionário latente e os pródromos ameaçadores duma luta à mão armada. Um dêsses actos foi a hostilidade declarada do partido nacionalista contra o actual parlamento, abandonando o Congresso e permitindo-se invectivar o presidente da República por o não ter chamado a constituir governo após a queda do gabinete José Domingues dos Santos. O outro foi a campanha tendenciosa da

União dos Interesses Económicos, que, pela pena do director de *O Século*, preparou uma atmosfera revolucionária puramente artificial, e à custa dos mais miseráveis sofismas e da ausência duma imprensa que a defrontasse e a esmagasse, pretendeu convencer a nação que os radicais queriam estabelecer entre nós o regimen bolchevista e deixar impunes os assaltos da Legião Vermelha.

São êstes dois actos essenciais que explicam a eclosão do último movimento revolucionário. Temos de os analisar, para lhes compreender o alcance e o valor.

Quanto ao partido nacionalista, devemos afirmar, sem nisso pormos a mais leve sombra de paixão, que não vemos motivos legítimos para que êle tivesse assumido essa atitude de incompatibilidade, que nem sequer poupou, como dissemos, o supremo magistrado da Nação. Queixam-se os nacionalistas que o partido democrático está exercendo uma ditadura de facto pelo largo monopólio do poder, e que tendo caído o governo radical de José Domingues dos Santos, era a êles, como conservadores, que devia incumbir naturalmente a tarefa de constituir ministério. Tal a lógica interessada e simplista com que os nacionalistas consideraram a questão. Mas a verdade é que a realidade dos factos não se põe com esta simplicidade infantil. Nunca em parte alguma um partido abandonou o governo pelo simples poder dos anos. A filosofia do «tira-te tu, que já lá estás há muito tempo» pode ser, em matéria de psicologia salaia e de moral de funileiro de Braga, irrepreensível, mas não tem sequer os laivos dum pensamento democrático. Em tôda a parte um partido se conserva no poder emquanto é aceite pela opinião pública e corresponde iniludivelmente a uma necessidade nacional. Ora o partido democrático não tem culpa de que os conservadores portugueses não tenham compreendido nunca os problemas fundamentais da nacionalidade e tenham sido invariavelmente surdos às exigências mais clamorosas dos nossos interesses vitais. Em 1914 o problema vital da nacionalidade era a nossa intervenção na guerra; e vimos como o partido conservador, com o sr. Brito Camacho à frente, usou da mais eloquente e capciosa dialéctica para negar a

utilidade dessa intervenção, e favoreceu e fomentou tôdas as agitações conducentes a diminuir o valor do nosso esforço e a quebrar a já abalada unidade nacional. Fazendo depender a nossa entrada na guerra e a forma da nossa participação dos pedidos da Inglaterra, cometeu erros de palmatória, que nos teriam sido fatais se a teimosia de Norton de Matos nos não tivesse então salvado dos desastres irremediáveis e nos não tivesse impellido para os campos de batalha da França, *contra os desejos íntimos da Inglaterra*. Ao esforço dos democráticos se deve, cumpre não esquecer-lo, essa brilhante vitória diplomática, que foi a garantia mais eficaz do nosso domínio colonial. Hoje o problema vital da nacionalidade consiste na defesa obstinada da Nação contra os apetites desenfreados e os interesses das oligarquias; e vimos também como o partido conservador desenvolveu toda a sua dialéctica para nos convencer dos malefícios dessa política. Por mais inteligentes que sejam alguns dos conservadores portugueses, faltou-lhes, porém, sempre esse sentimento vivo das realidades, essa intuição imediata das verdades de facto que torna vã toda a dialéctica, e que os democráticos nunca deixaram de revelar nas duas maiores crises do regimen. Ao contrário de Mussolini, intervencionista da guerra e pacificador da Itália ameaçada pela tirania maximalista, e que portanto reagiu nas duas crises por que passou o seu país segundo o interesse nacional (embora o seu ódio à democracia o condene a um eclipse próximo), os conservadores portugueses teem-se mantido constantemente cegos a tôdas as realidades portuguesas. Se nos falam, pois, em Mussolini, não é para lhe imitar o espírito, para ser sensível como ele às exigências nacionais, mas para copiar servilmente um figurino estrangeiro — como se a realidade portuguesa se moldasse absolutamente sobre a realidade italiana! ⁽¹⁾ Cada país tem os seus problemas próprios, que não se podem resolver pela importação pura e simples das fórmulas estranhas.

Foi isto que compreenderam os democráticos, e por isso veem formar mais uma vez a seu lado homens que não são do seu grémio nem da sua feição, mas que estão dispostos a esquecer as questões secundárias para atender às questões essenciais. A política nacional a fazer, a política de que o povo sente a necessidade, não a pregaram nunca os na-

cionalistas. Como se compreende então que eles se sintam com o direito de usufruir dum poder cujas condições não prepararam e de afrontar a opinião expressa do país?

Fácil é também mostrar que a interpretação da votação parlamentar que fez cair o gabinete dominguista não obedeceu também a uma lógica desinteressada. Efectivamente, o que fez cair esse governo não foi a sua política radical, isto é, o essencial das suas medidas económicas e financeiras, que a câmara apoiou, mas certa atitude tomada para com a Guarda Republicana por ocasião dos tumultos de Março. Como se compreenderia então que o presidente da República resolvesse a crise esquecendo os seus motivos determinantes a posição do parlamento em relação à política geral, as imperiosas exigências da opinião pública e a situação de reduzida minoria nas duas câmaras do partido nacionalista? Se o sr. Teixeira Gomes, nestas circunstâncias, tivesse confiado o poder aos nacionalistas, teria cometido um abuso de autoridade e um acto de ditadura pessoal que a história lhe não perdoaria.

Assim vistas as coisas, o partido nacionalista deveria resignar-se, aceitar por um tempo a sua subalternidade política, refazer-se na propaganda e procurar obter um maior apoio na massa republicana do país. Em vez disto, foi para a revolta inevitável, inflamando-se nas tiradas apaixonadas e subversivas do mais pessoalista de todos os nossos políticos (cheio de ódios, de despeitos, de cóleras, de ambições) e, enfraquecendo-se como força política de ordem, enfraqueceu e comprometeu o regimen. À custa desta fraqueza vegetou como nunca o cogumelo das Forças Vivas. Nos seus artigos campanudos, *O Século* tocou a rebate. A União dos Interesses Económicos desenvolveu com maior confiança a sua táctica de resistência contra a política dos interesses nacionais. A banca desatou os cordões á bolsa, o movimento organizou-se em todo o país, e a propaganda fez-se, clamorosa como nunca. Em nome de quê? Em nome da Ordem ameaçada. Quis-se fazer crêr que entre os dois extremos antagónicos — *Bolchevismo* e *Oligarquia* — não eram possíveis termos intermédios; quem quisesse meter a Finança na ordem *ipso facto* se pronunciava pelo bolchevismo. Eis o primeiro sofisma. Mas isto não bastava. Era preciso um facto concreto, que espalhasse o terror nos espíritos, e então surgiu a Legião Vermelha, corporação de criminosos comuns sabe-se lá a soldo de que miseráveis interesses de partido, e fácil foi aos homens do *Século* convencer os seus leitores de que essa malta de facínoras era tolerada pelo estado republicano. Eis o segundo sofisma.

⁽¹⁾ O que é mais interessante é que são esses homens, que querem aplicar aos nossos casos as soluções estranhas que se dizem *nacionalistas*!

Noutro país esta propaganda cairia pela inépcia e pelo ridículo. O nome do pobre Trindade Coelho despertaria quando muito um sorriso de escárnio ou de indulgência. Entre nós espalhou-se nas classes possuidoras a crença na aproximação do bolchevismo, e o nome do jornalista foi soprado nas tubas sonoras da Fama. Assim triunfam entre nós, só porque gritam todos os dias as mesmas coisas, os audaciosos e os imbecis.

Mas bastaria a mais ligeira parcela de espírito crítico para compreender as manobras sofisticadas e desmascarar os intuitos da campanha. Ver-se hia desde logo que a União dos Interesses Económicos, longe de se ter constituído para o triunfo da boa economia, visava a fortalecer o domínio da má finança, abusando certamente da confiança de muita gente sincera, que tivera artes de atrair ao seu seio. Ver-se hia que era uma política cega de *resistência*, e não uma política de transigência e de parcial abdicação que as classes possuidoras aqui pretendiam instituir, ao contrário do que se faz, por exemplo, na pacífica Inglaterra, onde os conservadores ainda há poucos dias declaravam querer «abandonar o que tem nas mãos». Ver-se hia (*decisivo argumento*) que se a União se revolta contra a maioria dos políticos deste país, *é precisamente para dar o seu aplauso aos políticos que são os peores serventuários e caixeiros viajantes da Finança* — como se a corrupção e a venalidade fôssem, para ela, as qualidades supremas dos homens de Estado. Ver-se hia que entre o bolchevismo e a oligarquia há uma série infinita de termos, e que não basta transcrever sob grandes *en-têtes* os malefícios do bolchevismo para ter sufocado todos os germens de independência, todos os anseios duma vida mais nobre, todas as medidas de boa economia social e de defesa dos interesses do povo exigidas pela consciência do país. Ver-se hia que o bolchevismo, para os homens do Século, é apenas a capa cômica de sangue que o *di-stro* maneja diante dos olhos do povo para lhe enterrar com mais segurança a garrocha das oligarquias. Ver-se hia ainda... o que não se veria! Ver-se hia a ganância e a tirania mussolinesca dessa gente atingir extremos tais, que a simples simpatia do povo por um governo já é tida como suspeita e como envolvendo uma ameaça de subversão social. Ver-se hia finalmente que a Legião Vermelha, longe de ter tido a cumplicidade dos homens da polícia ou do governo, teve apenas a cumplicidade dos homens de negócios. Ocultam o nome dos criminosos às autoridades policiais, e censuram depois estas por os não ter descoberto! Impossibilitam a acção da justiça, e queixam-se em seguida de ela ser complacente ou generosa!

Muito grande deve ser a intranquilidade de espírito dessa gente, muito deve ter descido nela a noção do dever social, para se submeter assim tão cobardemente e tão criminosamente a uma quadrilha de salteadores. Se procurarmos uma resistência, vemo-la apenas num popular: o resto, as *fôrças vivas* fazem de fôrças mortas, sempre que se trata de lhes exigir coragem, audácia, sacrifício de si mesmo e a obrigação moral de resistir a todas as coacções e a todos os crimes.

Eis os pretextos e os motivos reais que determinaram a última revolução conservadora. No fundo, um movimento para triunfo dum partido sem partidários e duma política antagónica com os interesses da nação. A ele deram a sua adesão os monárquicos e os inimigos tradicionais do democratismo. Se ele tem vencido, teríamos um *sidonismo sem Sidónio*, quer dizer um período de violências que não seria ao menos temperado e dominado por um homem de prestígio, e que viria a dar, ainda num prazo de tempo mais curto, uma nova traulitânia. É esta perspectiva necessária, absolutamente lógica, absolutamente de acordo com as verdades da história e as realidades psicológicas, que mais condena os nacionalistas. Não se pode fugir a explicar a sua atitude de conivência neste movimento por uma imprudência que roça pela traição, senão atribuindo-a a uma estupidez que roça pela loucura. Os nacionalistas, conluindo-se com os monárquicos para a derrota dos esquerdistas e pondo o seu partido acima da República, cometeram um acto execrável que a grande família republicana levará algum tempo a esquecer.

O que se vai seguir? Continuaremos a alimentar todas as causas de desordem e a oferecermos a impressão da fraqueza e da inépcia?

Continuará o partido democrático a degladiar-se em lutas intestinas, e a dar, nas próprias discussões de política geral, o espectáculo do mais desenfreado individualismo — como se cada um dos seus membros fizesse gala em ser o *Único* de Max Stiner, e não concebesse melhor maneira de afirmar a sua altiva e indomável independência do que filiando-se num partido?

Continuará o nacionalismo de cócoras ante o sr. Cunha Leal, identificando-se absolutamente com a sua pessoa e com os seus processos — enquanto uma das facções do partido republicano português adopta a mesma atitude de servidão para com o grande estadista desterrado nas agruras de Montparnasse e do *Moulin Rouge*, à espera de aquele «momento oportuno» que Jehovah ainda não teve a clemência de decretar, e para um e

para outro muito oportunamente vai pingando o dinheiro do Banco Ultramarino?

Continuará a chaamda «política das esquerdas» sem chefes de verdadeira categoria intelectual que a puguem e que a realizem — política de salvação comprometida pela pequenez dos «homens, programa de justiça arrastado na lama das ambições?

Continuará a vida nacional a ser dominada pelos apetites desvairados das oligarquias e dos «homens de negócios» de todos os partidos, advogados, procuradores e caixeiros de companhias e de bancos, receptadores dos chorudos sobrescritos lacrados, sem que uma onda de indignação e de idealismo subverta ou meta na ordem esses vendilhões da República, que todo o bom republicano deveria considerar como os peores inimigos do regimen, mas *para quem até agora toda a gente tem apelado* — incluindo aquêles mesmos que há bem poucos dias se revoltaram, invocando hipócritamente motivos de honra e de justiça?

Continuaremos a assistir diáriamente aos actos mais revoltantes de indisciplina, sem que o respeito pelo poder, o culto das virtudes militares, o próprio decôro se imponham às mais altas patentes do exército, que parecem ajustadas em o enxovalhar e destruir?

Continuarão os republicanos a ser representados por uma imprensa inconcebível, infinitamente inferior, pelo espírito, pelo talento, pela inteligência e pela cultura, à sua própria *élite* — uma imprensa incapaz de orientar e discutir, de esmagar pela cólera ou de conquistar pela persuasão, e que dá aos monárquicos a impressão que no nosso campo é tudo uma súcia de idiotas, enquanto no déles refulge o talento esplendoroso dos Cunha e Costas e dos Trindades?

Que fazemos? Estamos à espera da onda final que nos subverta — ou do clarão de Júpiter que nos ilumine? Suicidamo-nos ou fazemos preces? Levamos as mãos à cabeça, como o náufrago, ou elevâmo-las ao céu, como o impotente que pede o auxílio divino? Até que ponto podemos levar a nossa cobardia e a nossa estupidez incorrigível?

A oito dias duma revolta dominada *sem honra nenhuma para os vencidos* parece que foram êstes os vencedores. A nossa imbecilidade e a nossa incompetência para o combate permitem que se envolva duma auréola de prestígio um movimento que confessadamente não possuía programa e *para o qual cada um levava as suas inclinações (!!!)*, e que tinha um dos seus mais firmes e desejados esteios no sr. Cunha Leal. Pensavamos navegar em pleno oceano e chafurdamos num pântano. Julgavamos ir respirar um ar de primavera, e só nos chegam às narinas miasmas pútridos.

Continuam as disputas intestinas, as longas discussões estéreis, as manifestações de tibieza duma gente que parece ter nascido só para marchar à frente dum cavalo marinho. Os generais batem o pé aos homens do govêrno, como a galuchos. Os revolucionários publicam os seus manifestos livremente e falam já em «outra vez». Cunha Leal triunfa. Sôbre o general de divisão impende uma acusação gravíssima⁽¹⁾. Os nacionalistas erguem com orgulho a cabeça, como se não tivessem cometido uma estupidez ou uma traição. Viva a Ordem triunfante; viva a República!

Como é triste a gente olhar para toda a parte e não ver ninguém, ninguém, ninguém! Apenas os dirigentes operários (de ordinário tão estreitos e facciosos) tomaram nesta emergência uma atitude que os honra, e que seria uma lição, se neste país houvesse gente com cabeça para aprender. Em face da ameaça das direitas sem programa e com os apoios que se conhecem, o operariado compreendeu que é do seu próprio interesse não exigir medidas catastróficas, e é o primeiro a propor uma plataforma e um programa mínimo perfeitamente exequíveis. Diante do perigo iminente, abate as suas bandeiras. Nesta hora duvidosa em que tantos parecem querer engeitar a solidariedade para com os operários, eu saúdo-os como a única fôrça que soube manter-se firme e digna, como os únicos que se mostraram dispostos a compreender e a transigir. Que importa aquêles que por medo os repudiam com grandes gritos lancinantes, como se governar com o seu apoio se tornasse suspeito à gente da ordem? Na hora de tibieza que corre — na hora dos traidores e dos poltrões, — por inteligência e por decôro, é para êles que vai a minha simpatia.

RAÚL PROENÇA.

P. S. — Acabo de ler com espanto o último manifesto dos oficiais revolucionários. Que pobreza de ideias, que estilo, e que syntaxe! Dir-se hia que para êsses senhores é bem mais fácil salvar a Nação do que escrever com gramática. Que grande obra se faria neste país se obrigássemos todos os salvadores da Pátria a estudar as primeiras letras! Enquanto êles se não convencem, poderia ao menos o govêrno abrir desde já cursos nocturnos para autores de manifestos revolucionários... — R. P.

(1) Devemos também observar que os homens d'êste movimento tiveram a especialidade da delacção pessoal. Em revoltas portuguesas, depois de 5 de Outubro, quere-nos parecer que é a primeira vez!